

À Parahyba do Norte: modos de celebrar entre duas Efemérides da Independência Brasileira

*Aline de Moraes Limeira**

Resumo

Este estudo pretende interrogar e analisar representações e celebrações paraibanas acerca da Independência nacional entre o século XIX e XX. A pretensão é inserir a Paraíba no debate histórico nacional, recentemente tomado de visibilidade em razão do Bicentenário. Assim, toma-se como recorte cronológico duas efemérides relacionadas que são o cinquentenário (1872) e centenário (1922). O segundo recorte de ordem metodológica que define a construção da pesquisa, toma a imprensa regional como principal conjunto documental, a partir do qual foram examinadas algumas manifestações arroladas ao tema, sobretudo aquelas de caráter festivo, celebrativo, envolvendo diferentes sujeitos, práticas e instituições.

Palavras-chave: História; Imprensa; Independência.

* Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora em História da Educação, integrando o Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHNO/UFPB).

To Parahyba do North: ways to celebrate Between two Brazilian Independence Events

À Parahyba do Norte: formas de celebrar entre dos Eventos de Independencia Brasileña

Abstract

This study intends to interrogate representations and celebrations in Paraíba about national independence between the 19th and 20th centuries. The intention is to insert Paraíba in the national historical debate, recently taken on by the Bicentennial. Thus, two related events are taken as a chronological cut, namely the fiftieth anniversary (1872) and centenary (1922). The second cut that defines the construction of the research is of a methodological nature, which takes the regional press as the main documentary set, from which the manifestations related to the theme were perceived, especially those of a festive, celebratory nature, involving different subjects, practices and institutions.

Keywords: History; Press; Independence.

Resumen

Este estudio pretende interrogar las representaciones y celebraciones en Paraíba sobre la independencia nacional entre los siglos XIX y XX. La intención es insertar a Paraíba en el debate histórico nacional, retomado recientemente por el Bicentenario. Así, se toman como corte cronológico dos hechos relacionados, a saber, el cincuentenario (1872) y el centenario (1922). El segundo corte que define la construcción de la investigación es de carácter metodológico, que toma como principal plató documental la prensa regional, a partir de la cual se percibieron las manifestaciones afines al tema, en especial las de carácter festivo, celebrativo, que involucran diferentes temáticas, prácticas e instituciones.

Palabras clave: Historia; Prensa; Independencia.



A memória acerca da independência está capilarizada no senso comum, como um marco da identidade cívica brasileira, para o qual há até uma data específica. Mas essa memória não existiu desde sempre, ao longo do século XIX houve grande esforço para que a mesma emergisse em todo território brasileiro (LIMEIRA e GONDRA, 2022; KRAAY, 2010). Não se pretende investigar o acontecimento da emancipação do Brasil, mas as histórias, discursos e representações erigidas posteriormente a seu respeito, exercícios de constituição e educação de memórias. Sobre isso, Pollak (1989, p. 4) anuncia como é “potencialmente problemático” o caráter das memórias, entendendo que não se aventa lidar com os fatos sociais como “coisas”, mas de analisar como os fatos sociais se “tornam coisas”, como e por quem são cristalizados e dotados de duração e estabilidade.

A partir de inúmeras formas e em diversas regiões do Brasil, a emancipação foi anunciada, estudada, falada, criticada e festejada pela imprensa (LIMEIRA *et al*, 2022). E como nos ensina Pierre Nora, a história é exatamente o que as nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado. Para ele, os lugares de memória são, antes de tudo, “restos”. A história existe porque não há memória espontânea, os lugares de memória nascem e vivem porque se criam arquivos, se mantêm aniversários, se organizam celebrações, “operações que não são naturais” (NORA, 1993, p. 12-13).

No conjunto de tantos e variados investimentos arrolados à temática, essa abordagem com a qual opero, interessa-se por interrogar alguns desses restos, lugares de memórias em torno das representações e celebrações paraibanas acerca da Independência nacional, cujos registros circularam em alguns de seus papéis impressos ao longo das décadas de 1872 a 1922. A pretensão é inserir a Paraíba no debate nacional, percebendo, de forma particular, como se deu a construção de suas perspectivas acerca do *Sete de Setembro* e sua mobilização pela fixação, comemoração e construção de uma data, personagens, narrativas e fatos. Assim, tomo como recorte cronológico duas efemérides relacionadas ao *Sete de Setembro*, que são o cinquentenário (1872) e centenário (1922)¹. O segundo

¹ Fabrício Morais que faz uma análise sobre o centenário e sesquicentenário da independência (1972). Conferir Morais (2007; 2016).

recorte que define a construção da pesquisa é de ordem metodológica. Especificamente, o estudo tem como objetivo tornar a imprensa Paraibana (suas propagandas, seus artigos e seus noticiários), o principal conjunto documental a partir do qual são analisadas as manifestações arroladas à emancipação brasileira, sobretudo aquelas de caráter festivo, celebrativo.

Imprensa e celebrações

De acordo com Marco Morel (2005), os impressos faziam vibrar “a força da palavra escrita, falada, manuscrita”. Portanto, a imprensa não deve ser entendida apenas como instrumento de divulgação ou de circulação de ideias, e sim como uma prática social que organiza e dá sentido aos acontecimentos, como agente histórico que intervém nos processos, que legitima, monta, desmonta, forja, como “força ativa” que interage na complexidade de um fenômeno histórico (MOREL e BARROS, 2003).

Neste sentido, os inúmeros debates, anúncios, artigos e modos de celebração que circularam nas páginas dos impressos, faziam parte da própria construção do referido acontecimento, da sua consolidação em meio à instabilidade política e da (re)edificação de sua lembrança². Escolher a narrativa, selecionar a notícia, publicar, fazer circular nos jornais, folhetos, almanaques, revistas são operações criteriosas de negociação com a realidade, são parte do processo que chamamos educação das, nas e pelas memórias. Os homens e mulheres das palavras quiseram dar a ver, produzir e legitimar alguns sentimentos e entendimentos comuns seja a partir de mensagens laudatórias ou críticas.

Entre o século XIX (1822) e XX (1922) identifiquei cerca de 130 impressos (jornais e revistas) publicados na Paraíba. Desses, 47 foram analisados, por sua disponibilidade na Hemeroteca da Biblio-

² Sobre isso, a pesquisadora Lúcia Neves (2003) traz à tona o ideário político da independência em um trabalho minucioso de análise dos panfletos e periódicos da época, mostrando exatamente a riqueza do material e a complexidade do período. Ver também Lustosa (2000), que descreve ricamente a relação entre jornalismo e política no período da independência. Também há estudos recentes sobre imprensa e independência nacional no estudo de Limeira, Nascimento, Silva, Souza, Calazans (2022).

teca Nacional e, o restante não estava disponível para consulta. Entre os 47 materiais pesquisados, em 24 deles não foi localizada nenhuma única referência acerca da independência brasileira, que constitui nosso tema central. Compus, desta feita, um conjunto de 23 impressos com mais de mil ocorrências.³

Do conjunto documental analisado, foi possível perceber o grande esforço de empreender diferentes narrativas históricas, fossem elas críticas, oficiais, laudatórias, revisionistas. Ou seja, além de ser necessário dar a ver o episódio (são muitas ocorrências), lembrá-lo, revisitá-lo, se fazia importante disputar as narrativas acerca do mesmo e divulgá-las, educar a memória dos leitores e leitoras a partir de seus respectivos pontos de vista.

As primeiras referências datam do ano de 1849, trata-se de *O Reformista: jornal político, literário e commercial* (que circulou até 1850) e *A Ordem: jornal politico, literário e critico* (que circulou até 1851). A primeira, em *O Reformista*, é um artigo de mesmo nome que inaugurava sua publicação. O impresso autodesignado *Echo do partido Liberal e opposição política* anunciava no texto sem assinatura o “estado melindroso que está o Brazil”, pois “desde que o Brazil se fez independente [...] homens arrefados as crenças antigas procurarão logo por embaraços à sua marcha progressiva, e todos seos exforços tendiao a fasel-o voltar para onde acabara de sahir” (*O Reformista*, 3 ago. 1849, Edição 001, p. 1-2). A segunda ocorrência é justamente uma publicação que pretendia responder diretamente às explanações de *O Reformista*. Nesse caso, o semanário *A Ordem* publicou o artigo também não assinado, cujo título é “O Reformista e a sua synopsis”: “a historia da independencia [...] então conhecerá que quando em 1817 se apresentarão os primeiros syntomas da independencia appareceu hum partido em campo que suffocou a revolução” (*A Ordem*, 20 ago. 1849, Edição 001, p. 1).

³ São eles: *O Republico* (1832, por Antônio Borges da Fonseca, Tipografia Munisipal); *A Ordem* (1849); *O reformista* (1849); *Alva* (1850); *Governista Paraibano* (1850); *O Parahybano* (1855); *A Regeneração* (1861); *Diário da Parahyba* (1861); *O Publicador* (1864); *O Despertador* (1866); *Echo Escolástico* (1877); *O Liberal Parahybano* (1879); *Arauto Paraibano* (1888); *Jornal da Parahyba* (1888); *Gazeta da Parahyba* (1888); *A gazeta do Sertão* (1888); *Jornal da Parahyba* (1888); *O Estado da Parahyba* (1890); *A União* (1893); *Almanak do Estado da Parahyba* (1899); *O Norte* (1908); *O Aprendiz* (1909); *O Jornal* (1923).

O impresso ligado às ideologias políticas do partido conservador publicava no mês seguinte, um artigo de capa, saudando 28 anos da independência, em 1849. O jornal afirmava tratar-se de um dia “verdadeiramente Brasileiro”, dia que nasceu um “jovem gigante” no “catalogo das Nações” (*A Ordem*, 10 set. 1849, Edição 004, p. 1). Laudatória e conservadora, a representação se opõe radicalmente às palavras publicadas em *O Reformista* que, na sua sétima edição, lançou um artigo com narrativa bastante crítica acerca da independência brasileira, assinado pela “criolinha” de nome “Felippa”. Publicado na seção “Correspondência”, que aparecia com certa recorrência nas suas edições, o texto continha um tom bastante ácido acerca das festividades, que ocorreram em comemoração ao aniversário da emancipação naquele mês de setembro na capital da Parahyba do Norte:

106

Senrs. Redatores, Tendo a ordem n. 4, sahido com seo salve ao dia aniversario da nossa Independencia, não posso também deixar de fazer ao mundo inteiro o espalhafato militar que houve nesse dia memoravel na Cidade da Parahyba do Norte. Posto que seja mulher, também me ufano de ser da ordem, não obstante ter a minha cabeça em desordem [...] fiz parte da grande parada com minha cruz na mão, que tanto abrilhantou a pompoza marcha da Guarda Nacional. Eu vi que os espectadores estavam pasmados [...] o povo vive desassombrado, vio-se com espanto que no dia 7 de 7 hr, o largo de Passeio se cobrio de gente [...] batalhoes [...] quem precisasse de oculos diria que houve uma luzida e nunca vista parada na Parahyba! [...] Nada direi do cortejo, nem tão pouco do chapalaciano, por que não tive a honra de ser para isso convidada. Pela impressão destas linhas muito lhe agradecerá a sua humilde criolinha. Felippa (*O Reformista*, 24 set. 1849, Edição 007, p. 4).

Não é possível afirmar que se trata, de fato, da autoria de uma mulher negra esse texto, ou se um possível recurso de assinatura fictícia foi utilizado para marcar duplamente uma crítica sobre a independência inacabada, como foi vista por muitos na época por conta da manutenção do regime monárquico e escravocrata no

versário da independência na descrição das datas de determinadas notícias ou comunicados oficiais, o que considero uma determinada forma de manifestação comemorativa. Assim, sinalizava-se para o “quadragésimo ano da independência do Império” (*A Regeneração*, 1 maio 1861, Edição 004, p. 2) em um, para o “sexagésimo sétimo ano da independência” em outro (*Jornal da Parahyba*, 10 nov. 1888, Edição 2724, p. 1), e até para os “92 anos da Independência e 25 da República”, em outro (*O Norte*, 2 jul. 1913, Edição 1471, p. 3).

Ao lado dessa tradição de inserção do *Sete de Setembro* de forma cotidiana no calendário nacional, havia o conjunto mais significativo de festividades públicas e privadas desde o século XIX na Paraíba e em várias regiões do Brasil (Limeira *et al*, 2022; LIMEIRA e GONDRA, 2022). Em edição especial de 1850, um jornal mencionava a salva de artilharia pela manhã, desfile cívico das forças (Guarda Nacional, bombeiros e militares) no meio do dia, seguido de cortejo com efigie do Imperador e finalizado com um baile privado a noite, no Palácio do Governo, onde se cantou o “hino da independência” e também se dançaram valsas, terminando às 3 horas da manhã do dia 8 (*O Governista Parahybano*, 14 set. 1850, Edição 019, p. 1).

Notícias como essas se espalhavam nos impressos nos anos seguintes⁵. Uma delas, de 1868 noticiava a ocorrência de uma saudação à data em plena guerra contra o Paraguai. Transcrevendo o texto do Boletim do Exército, menciona-se que o “intrepido e bravo commandante do Silvado não vacilla, levanta vivas à independência do Brasil”, manda “tocar o Hynno que lhe foi consagrado, e ordena que o seu vapor a toda força siga aguas acima”, e diz que “o capitão da fragata Costa e Azevedo não podia solemnizar melhor o anniversario de um dia tão caro aos nossos corações de todos os brasileiros” (*O Publicador*, 14 out. 1868, Edição 1822, p. 1).

Assim como ocorria frequentemente no século XIX, nos anos iniciais do século XX essas celebrações se repetiram em várias regiões da Paraíba. Em Princesa, “passou a festividade, nesta villa, a importante data nacional – 7 de setembro por iniciativa do Coronel

⁵ Conferir em: 1865 (*O Publicador*, 7 set. 1865, Edição 902, p. 2), 1869 (*O Publicador*, 20 set. 1869, Edição 2090, p. 1), 1888 (*Gazeta do Sertão*, 28 set. 1888, Edição 005, p. 3).

José Pereira”, sendo promovida uma festa na “sede do Tiro Brasileiro Epitácio Pessoa”, grande passeata e desfile público, com banda de música (*O Norte*, 2 out. 1912, Edição 1384, p. 2). Em Areia, houve concerto musical de Daniel de Araujo Cezar (violinista do Instituto de Música do Rio de Janeiro), no palacete municipal (*O Norte*, 30 ago. 1916, Edição 2384, p. 2).

Ao lado das tradicionais festas públicas com desfile, cortejo, alvorada e cantos pátrios que envolviam diferentes agentes (militares, alunos, professores, políticos, escolas, colégios, sociedades, clubes), havia registros também de celebrações privadas, como a organizada pela Companhia Dramática do Artista Sacramento, um recital em “grande galla” pelo “natalicio da independencia do Império do Brasil” (*O Publicador*, 5 set. 1866, Edição 1197, p. 4).

Figura 1: Anúncio de 1866



THEATRO.

Companhia dramatica sob a direcção do Artista Sacramento.

Recita de assignatura em grande galla.

SEXTA-FEIRA 7 DE SETEMBRO DIA NATALICIO DA INDEPENDENCIA DO IMPERIO DO BRASIL.

Depois que S. Exc. o Sr. presidente comparecer na tribuna, com as respectivas ceremonias, a companhia cantará perante a effigie de Sua Magestade o Sr. D. Pedro II o hymno da independencia.

Em seguida representar-se-ha pela primeira vez neste theatro o muito lindo e apparatuso drama em 2 actos, do muito distincto dramaturgo portuguez Mendes Leal; intitulado

Fonte: *O Publicador*, 5 set. 1866, Edição 1197, p. 4.

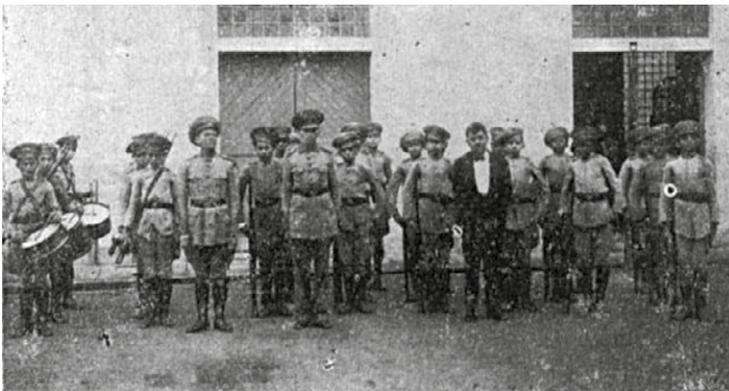
Anuncia-se a programação com a fala do presidente da província e depois “apresentar-se-ha pela primeira vez nesse theatro o muito lindo e apparatuso drama em 2 actos do muito disctinto dramaturgo portuguez Mendes Leal”, intitulado “A engeitada” (*O Publicador*, 5 set. 1866, Edição 1197, p. 4). Como essa, ocorreu a de 1889, um espetáculo no “Theatro Sociedade Santa Cruz”, havendo o mes-

mo momento introdutório (fala do presidente, hino da independência ante a efígie do Imperador) e, em seguida “o festejado drama do illustre cearense Alfredo Rocha”, intitulado “O mulato José”, havendo ainda a “jocosa comédia” cujo título é “Um marido victima das modas” (*Gazeta da Parahyba*, 7 set. 1889, Edição 0388, p. 3). Entre essas comemorações privadas havia ainda os bailes, cujos convites receberam também os editores do jornal, para “soirée dansante que se realizara amanhã no Club Astréa” e para a festa comemorativa do Centro Cívico Parahybano (*O Norte*, 6 set. 1912, Edição 1233, p. 1).

Já na localidade de Pedra de Fogo, anunciava-se que a Sociedade Protetora da Corporação Musical Pedra Preta estava convidando seus sócios honorários e beneméritos “para assistirem, no dia 7 de Setembro, próximo vindouro, as duas horas da tarde” as cerimônias do Club Literario e Musical e da Escola Noturna para meninos desvalidos (*Jornal O Despertador*, 1888, Edição 033, p.4). E em 1909, em artigo intitulado “7 de Setembro” comunicava que “de acordo com as recomendações telegráficas do exm. Ministro da Educação e Saúde Pública e do exm. Inspector Geral do Ensino Profissional e Tecnico” a Escola de Aprendizes e Artífices da Parahyba “solemnisou condignamente a data da nossa independência” (*Jornal O Aprendiz*, 1909, p.3). Para garantir, publicou ao lado da notícia, uma fotografia:

110

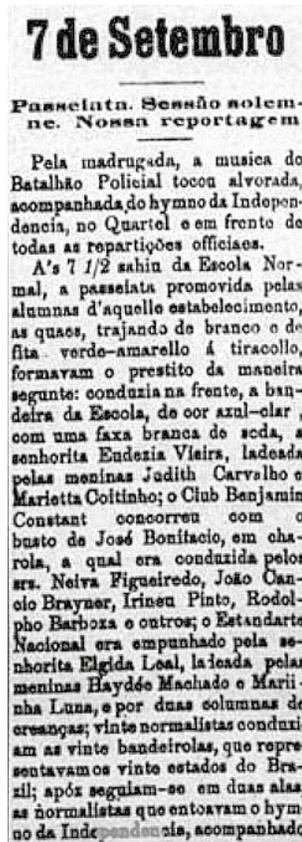
Figura 2: Fotografia de 1909 da Escola de Aprendizes e Artífices da Parahyba



Fonte: *Jornal O Aprendiz*, 1909, p.3

Em “Passeiata. Sessão solemne. Nossa Reportagem” o jornal *O Norte* comunicava que as sete e meia da manhã a Escola Normal fez passeata promovida pelas “alumnas trajando de branco e de fita verde-amarelo à tiracollo [...] o estandarte Nacional era empunhado por duas columnas de creanças [...] vinte normalistas conduziram as vinte bandeirolas que representavam os vinte estados do Brazil” e, após, seguiam-se em duas “alas as normalistas que entoavam o hymno da Independencia acompanhado da Banda da Policial que fechava o préstito” (Jornal *O Norte*, 1909, p.2).

Figura 3: Festa cívica em 1909 com escolas e estudantes



Fonte: Jornal *O Norte*, 1909, p.2

Como se vê, havia presença de algumas alunas como Eudésia Vieira que mais tarde se tornou uma grande educadora, médica, escritora (GALVÍNCIO, 2019). Além de ser possível observar a participação de outras instituições como o Club Benjamim Constant.

Em termos comparativos, a maior das festas ocorreu no seu centenário em 1922, considerando o conjunto variado e amplo de iniciativas, o envolvimento e investimento financeiro de várias regiões do país por essa causa central de redondo e pomposo número. O percebemos é que o século republicano tomou de empréstimo a mesma tradição celebrativa das datas cívicas do anterior, compreendendo a importância e o caráter educativo das mesmas em torno do projeto de nação. Como já analisou Fabrício Morais (2007; 2016) com a mudança do regime político, em 1889, foi necessário apenas ir atribuindo um novo significado aos símbolos que ajudaram a construir a identidade nacional sem, porém, rechaçá-los.

112

Exemplo disso é o projeto do “Monumento à Independência” que deveria ser construído no local onde o Imperador D. Pedro proclamou o famoso grito em 1822⁶. A notícia da obra era a primeira referência ao centenário que aparecia na imprensa da Parahyba do Norte, ainda em 1912, oito anos antes da festividade a ser organizada. A notícia de *O Norte*, sob o título “Monumento 7 de setembro”, assinada por Francisco Alves, comunicava a aprovação da assembleia legislativa da Parahyba para arrecadação de verbas para construção do mesmo, que seria erguido num lugar que marca “a fundação da Nacionalidade Brasileira” (Jornal *O Norte*, 28 nov. 1912, Edição 1300, p. 1). Outras referências a essa efeméride se seguiram ao longo das décadas de 1910 e 1920 na imprensa, como a elaboração por parte do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba de um “Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro para a comemoração do centenário da Independência em 1922” (*O Norte*, 2 out. 1917, Edição 2724, p. 2); a organização da comissão de organização do “Livro do Centenário” na capital federal (*O Norte*, 28 jul. 1918, Edição 2974, p.

⁶ Situado no Riacho Ipiranga, dentro do Parque da Independência, no Ipiranga, o Monumento à Independência do Brasil é um conjunto escultórico feito em granito e bronze pelo italiano Ettore Ximenes que foi inaugurada dia 7 de setembro de 1922, mas concluída quatro anos depois.

Figura 4: Anúncio de moda



Fonte: *O Norte*, 17 ago. 1922, Edição 4035, p. 3.

Nele, se anunciava para as “Festas da independencia”, a “Rainha da Moda”, comunicando que “as famílias parahybanas” podiam achar uma exposição de vestidos e chapéus para as solenidades de sete dias na Parahyba (*O Norte*, 17 ago. 1922, Edição 4035, p. 3). E, mesmo após o fim de todas as cerimônias, o comércio parecia ainda aproveitar os resultados da exposição para incrementar suas publicidades destacando as medalhas e premiações (honra, bronze, prata, ouro) recebidas por seus produtos na Exposição do Centenário, como pães (*O Norte*, 7 nov. 1922, Edição 4092, p. 6), remédios, vinhos, café, sabonete etc. (*O Jornal*, 6 dez. 1923, Edição 015, p. 3, 4 e 8).

Os papéis impressos, entretanto, nem sempre louvaram as comemorações ao longo dos séculos XIX ou XX. Apesar de menos numerosas, existiram algumas notícias ou artigos nem um pouco laudatórios, como o texto “7 de setembro”, que descrevia: “Mais uma vez vai troar o canhão [...] mais uma vez as repartições darão feriado e os edificios públicos serão iluminados [...] as bandas de musica tocarão o hynno nacional!” São estas as “festas tradicionaes com que se costuma saudar entre nós a aurora do dia que hoje des-ponta [...] E o povo? E a nação? Quaes manifestações públicas e ruidosas de sua alegria?”. Absolutamente “nenhuma, nem no passado, nem no presente, com certeza menos ainda no futuro. E essa a festa nacional da mais importante das nações sul-americanas? Quasi não acreditaríamos se não fosse a invariável monotonia” do calendário, tamanha “é a indiferença, tão profundo o esquecimento das classes populares” (*Gazeta do Sertão*, 7 set. 1888, Edição 002, p. 1).

Como se vê, estavam longe de constituírem-se consenso as ideias acerca das celebrações de efemérides da independência nacional. Fato é que elas fizeram parte das experiências culturais, educativas e sociais entre os séculos XIX e XX, independente dos regimes políticos instaurados.

O que é inegável é que as celebrações aconteceram (acontecerem!) com muita recorrência, ocuparam as ruas, os espaços privados e, acionaram diferentes sujeitos e instituições para sua realização, como escolas, agentes militares, associações, políticos etc.

Considerações finais

Muito se falou sobre o processo de emancipação nacional em grande parte da imprensa consultada, fosse ela literária, partidária (liberal, conservadora), noticiosa. O tema fez parte dos assuntos selecionados pelos jornais, revistas, almanaques para se tratar a respeito e de diversas formas. Poucas vezes assinados, os textos pareciam representar toda a coletividade que constituíam aqueles impressos (editores, proprietários, escritores). E o esforço em prol da lembrança que se empreendeu ao longo dos séculos XIX e XX naqueles papéis pode ser compreendido como um projeto de educação das memórias de leitores e leitoras, observadores e observadoras, ouvintes, bem como dos protagonistas das próprias celebrações.

Foram muitos e variados os vestígios das celebrações daquilo que a Paraíba denominou “a nossa maior efeméride”, porém, de modo geral, tratou-se de uma autoria masculina e conservadora, considerando que a mesma procurava reforçar diversos aspectos das narrativas oficiais, embora procurasse inserir (ou reinserir) outras datas e outros personagens locais e regionais do longo processo de independência nacional.

Na década de 1920 celebravam a Independência articulando esse fato aos de 1817 (Revolução Pernambucana), 1824 (Confederação do Equador). A data de 1817 reapareceu muitas vezes também, sendo uma delas no artigo “Nas vésperas da Independência”, assinado por Celso Mariz, onde se lê que “no Sul os raios da coroa amorteciam e abafavam as aspirações. No Norte, porém [...] o terreno era diverso”.

E teceu relações entre o alto grau de instrução naquela localidade e as aspirações de emancipação política: “O seminário inaugurado em 1800 com um programa vasto [...] de onde sahirão pernambucanos, parahybanos e rio-grandenses”, numerosos “rapazes aptos para a comprehenssão, disseminação e defesa dos novos ideaes já postos em voga pelos velhos paladinos da capitania” (O Norte, 2 jun. 1920, Edição 3482, p. 1). Esse mesmo autor publicou na semana seguinte o texto “A revolução de 1817”, afirmando que na província da Parahyba moravam “em 1817 diversos homens iniciados nas ideias politicas do tempo e instruidos para agir quando soasse a revolução da independência” e, mencionando inúmeros nomes, diz que foram eles que “fizeram a jornada revolucionária de 17 na Parahyba [...] contra ordem manarchica e colonial” (O Norte, 10 jun. 1920, Edição 3487, p. 1). Ou seja, os acontecimentos antecedidos em 5 anos eram tratados e rememorados nessas narrativas como movimento revolucionário em prol da separação do país de sua metrópole.

Em artigo intitulado “A confederação do Equador: passa amanhã o 1º centenário da sua proclamação”, afirmava-se que a Confederação do Equador (1824) foi fruto “dessa corrente de liberdade” e que dela ficou o exemplo, “o anhelos da liberdade, o anseio da democracia”. O texto ainda sugeria que “para solenizar melhor deveria o Governo do Estado da Parahyba”, assim como os dos Estados “naquella época confederados, feriar o dia” e “mandar que os professores, nas respectivas cadeiras, preleccionem à infância e à mocidade sobre a data, o seu alcance e a significação para a actualidade” (*O Jornal*, 1 jul. 1924, Edição 172, p. 3). Considerava-se, portanto, que os movimentos em prol da liberdade de 1817, 1822 e 1824 deveriam ser legitimados como saberes escolares e ensinados a todas as gerações pelo seu exemplo.

No que se refere aos personagens do Sete de Setembro, grande parte da imprensa considerava importante rememorar em suas narrativas nomes já conhecidos (patriarcas da independência) e dar luz a outros em ostracismo. Mais uma vez reivindicava-se destaque ao “martírio” de Tiradentes nos “percursos da independência pátria” em 1789 (Estado da Parahyba, 16 nov. 1890, Edição 99, p. 4; O Norte, 2 out. 1912, p. 2); a Frei Caneca em 1824 (A União, 11 set. 1896, Edição



0898, p. 1) ou a José Bonifácio em 1822 (O Publicador, 6 abr. 1866, Edição 1071, p. 4; A União, 11 set. 1896, Edição 0898, p. 1). Entretanto, a imprensa paraibana também dava a ver uma série numerosa de sujeitos de várias regiões do país invisibilizados pela história oficial, como o Tenente Coronel José de Britto Jurema (de Itabaiana/Paraíba) que, segundo o jornal, “figurou nos movimentos da independencia do Imperio e fez parte de diversas guerrilhas”, que “nesta e nas provincias visinhas se deram para tornar o Brasil independente. Ainda depois de estabelecida a independencia, no proposito de firmal-a, figurou em diversos combates” (O Liberal Parahybano, 26 ago. 1882, Edição 131, p. 2). Havia na Parahyba do Norte, inclusive, a existência de uma Sociedade dos Veteranos da Independência, para quem o presidente da Província do Rio de Janeiro solicitava em 1865 “uma bandeira que ella possui do tempo das luctas deste paiz com a metrópole”, informando que o objeto deve ser recolhido ao Museu Militar no Rio de Janeiro (O Publicador, 17 ago. 1865, Edição 884, p. 4).

O memorial que esses impressos procuravam erigir era exclusivamente masculino, salvo uma única ocorrência que não era direta. Trata-se da notícia de falecimento do artista (Firmino Monteiro) que pintou o quadro “Joanna Angelica ou a martyr da independencia, comprado pelo Lyceo de Artes e Officios da Bahia” (Gazeta da Parahyba, 13 jul. 1888, Edição 055, p. 2).

Em “Memória e identidade”, Joel Candau (2014) observa que para uma nação lembrar, relembrar ou esquecer são forjadas marcas da construção de identidades coletivas que, ao lado da memória histórica mobilizam o passado de maneiras diferentes. Neste sentido, a memória coletiva se relaciona com a História, auxiliando na construção de suas representações, e as comemorações consistem num desses modos de representações, formas de glorificar o passado que deveria ser lembrado.

As datas comemorativas a partir do século XIX e ao longo do século XX assumiam o papel de criar/legitimar a memória coletiva e estreitar a identidade nacional. Nessa perspectiva é que estavam inseridas as diferentes abordagens acerca da emancipação nos impressos da Parahyba, voltadas para forjar nacionalismo, sentimento pátrio, pertencimento cívico, uma identidade local e nacional.



Referências

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

GALVÍNCIO, Amanda. **Trajatória intelectual de Eudésia Vieira: educação, feminismos e história pátria (1921-1955)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

KRAAY, Hendrik. “A invenção do Sete de Setembro”. **Revista Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 11, p. 52-61, maio 2010.

LIMEIRA, Aline de Moraes; SANTOS, Aline Machado; CLEMENTE, Edgleide; SILVA, Elisabeth; NASCIMENTO, Fátima; CALAZANS, Viviane. “Lenda de meio século: independência, sociedades comemorativas, imprensa e educação na corte imperial (1860-1880)”. In LIMEIRA, Aline de Moraes; CLEMENTE, Edgleide de Oliveira e GONDRA, José G. (Orgs.). **Independência & Instrução no Brasil: História, Memória e Formação (1822-1972)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022. p. 217-273.

LIMEIRA, Aline de Moraes Limeira e GONDRA, José. **Educação e processos de emancipação no Brasil: novas abordagens e perspectivas (1815-1872)**. Curitiba: Appris, 2022.

MORAIS, Fabrício. “A nação construída no dia a dia das notícias: o início das comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil”. In Encontro Estadual de História, 17. In: **Anais Encontro Estadual de História-ANPUH**. João Pessoa, PB, 2016.

MORAIS, Fabrício. **As festas da nação: Civilização e estratégias de poder nas comemorações do centenário da Independência do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, Imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Revista História e Cultura**, v. 10, PUC, São Paulo, 1993.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SALGADO, Diego; GOULART, Luana; SILEY, Paulo Rogerio; VIEIRA, Vinícius. “Educação em pauta nas comemorações do centenário da emancipação política brasileira (1922-1923)”. In LIMEIRA, Aline de Moraes; CLEMENTE, Edgleide de Oliveira e GONDRA, José G. (Orgs.). **Independência & Instrução no Brasil: História, Memória e Formação (1822-1972)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022. p. 298-350.

